

BIBLIOTECA FEMINISTA DA UNILA¹

Kátia Hale dos Santos²

Márcia Alves de Souza³

RESUMO

O relato ora apresentado tem como objeto o Projeto de Extensão Biblioteca Feminista da UNILA, em parceria com o Programa de Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha, cujo principal objetivo foi compreender o feminismo como um desafio para enfrentar os ataques e avanços dos valores conservadores da sociedade hetero-patriarcal-burguesa, instrumentalizando assistentes sociais e discentes, futuros profissionais, para uma atuação coerente como o compromisso ético-político da emancipação humana. Para tanto, contou com a formação de um grupo de estudos, palestras, debates e a instalação de uma biblioteca física em parceria com Centro de Referência em Atendimento à Mulher vítima de Violência, serviço público que compõem a rede socioassistencial de Foz do Iguaçu.

Palavras-chaves: feminismo, sociedade hetero-patriarcal-burguesa, projeto ético-político.

ABSTRACT

The object of the report presented here is the UNILA Feminist Library Extension Project, in partnership with the Feminist Library Extension Program of Praia Vermelha, whose main objective was to understand feminism as a challenge to face the attacks and advances of society's conservative values hetero-patriarcal-bourgeois, instrumentalizing social workers and students, future professionals, for a coherent performance with the ethical-political commitment of human emancipation. To this end, it included the formation of a study group, lectures, debates and the installation of a physical library in partnership with the Reference Center for Assistance to Women Victims of Violence, a public service that makes up the social assistance network of Foz do Iguaçu.

Keywords: feminism, hetero-patriarcal-bourgeois society, ethical-political project.

¹ Universidade Federal de Integração Latino-americana.

² Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. katiahale@gmail.com.

³ Discente em Serviço Social pela Universidade Federal de Integração Latino-americana. marcia-alves2000@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Por que uma Biblioteca Feminista na (da) UNILA?

Em 1996, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a violência contra a mulher como um grave problema de saúde pública em nível global. Entende-se que a violência afeta negativamente o bem-estar, a saúde e a integridade física e emocional não apenas das mulheres, mas também de suas famílias. Está associada a um aumento nos riscos de adoecimento, desenvolvimento de transtornos mentais, como a depressão, e tentativas de suicídio.

Segundo dados do Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos, entre 2007 a 2022, foram registrados mais de 1,7 milhão de casos de violências contra mulheres, o que demonstra uma maior disposição das vítimas em denunciar os agressores. A Lei Maria da Penha tem sido considerada um marco na luta contra a violência, protegendo as mulheres, responsabilizando os agressores e conscientizando a sociedade sobre a gravidade desse problema.

Na década de 1970, o movimento feminista ganhou mais destaque em diversos países, incluindo o Brasil, intensificando a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Foi neste momento que as discussões sobre políticas públicas voltadas para as mulheres tiveram início, buscando a promoção da equidade de gênero e combate à discriminação.

Na década de 1980, houve uma aproximação entre as organizações feministas e as políticas públicas brasileiras de combate à violência de gênero. Isso resultou em iniciativas como a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em São Paulo, em 1985, que serviu como modelo para a implantação de outras delegacias no país. Além disso, foram implementados programas de proteção às mulheres vítimas de violência e serviços de atendimento psicológico e jurídico.

A década de 1980 marcou a transição do regime militar para a democracia no Brasil, com a eleição do primeiro presidente civil após 21 anos de governos militares. Nesse período, foi promulgada a nova Constituição de 1988, que consolidou os princípios da democracia e dos direitos humanos no país. A constituição estabeleceu a separação de poderes, proteção dos direitos individuais e coletivos, liberdade de expressão e respeito à diversidade cultural, religiosa e étnica.

Diante disso, a Constituição de 1988 foi considerada a legislação mais avançada em termos de garantia de direitos das mulheres no Brasil. Ela estabeleceu medidas importantes para promover a equidade de gênero e proteger os direitos femininos. A democratização também trouxe mudanças sociais significativas, como a ampliação dos direitos civis e sociais. Houve avanços na educação, saúde, previdência social e habitação, além da expansão dos movimentos sociais, como o feminista, negro e LGBT.

O feminismo ganhou destaque nesse período, com inúmeros grupos e coletivos lutando pelos direitos das mulheres em diversos temas, como violência, sexualidade, trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, saúde materno-infantil, combate ao racismo e opções sexuais.

No sentido de dialogar com as mulheres para além dos muros da universidade pública é que foi criada a Biblioteca Feminista. O Projeto de Extensão Biblioteca Feminista da UNILA nasceu de uma parceria com a Biblioteca Feminista da Praia Vermelha, cujo objetivo é democratizar o acesso a obras e documentos referentes às temáticas do feminismo, das questões de gênero e da divisão social, sexual e racial do trabalho via organização de acervo de obras referência, bem como da organização de oficinas, debates, saraus e cursos para discentes, docentes, técnico-administrativos, representantes de movimentos sociais e coletivos.

Contando com uma bolsista e nove alunas, o projeto foi encerrado em dezembro/2021, tendo como última atividade a instalação de uma biblioteca presencial no espaço do CRAM Centro Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência, cumprindo com as diretrizes para extensão na educação superior brasileira, que compreende as intervenções como aquelas que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante.

2 POR QUE UMA BIBLIOTECA FEMINISTA NESSES MOLDES?

Compreende-se que a apropriação teórica e histórica do papel da mulher na sociedade de classe, quando é inserida na sociedade desenvolvendo o papel de esposa ou prostituta, sendo as primeiras responsáveis pela reprodução biológica e as segundas por propiciar prazer aos homens (LUKÁCS, 2013), tendo o papel de servir

o marido e cuidar dos filhos, contribui para desnaturalizar o papel da mulher na história.

No decorrer dos séculos, aos provedores do núcleo familiar coube a responsabilidade do sustento da família, inserindo-se num mundo competitivo, que exigia, e continua exigindo, inteligência, racionalidade e virilidade. A mulher cumpriu um papel secundário e subalterno, submetendo-se a uma hierarquia fundada na propriedade privada masculina, quando suas objetivações as remeterão para as funções de “cama e mesa” e obediência ao seu senhor, não as remetendo à totalidade da sociedade.

A sociedade brasileira constitui-se também em torno do patrimônio. A formação social do país, segundo Cisne e Santos (2018, p. 99), é acompanhada por características históricas de nossa cultura, como o autoritarismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o racismo e patriarcalismo e a privatização do público, que se combinam entre si. Decerto, na sociedade hetero-patriarcal-racista, pesou sobre as mulheres negras a maior carga. Além de escravas, serviam aos senhores da oligarquia, a seu bel prazer.

Patriarcado e racismo são marcas presentes nas relações sociais brasileiras em todos os períodos da história. O neoconservadorismo surgido no último período no Brasil retoma com força o modo de vida passada como uma maneira de interpretar o presente. Necessário é encontrar um responsável pela crise, os altos índices de desemprego e a violência gerada com o aumento da pobreza e da miséria, ou seja, às disfunções próprias do capitalismo procura-se um culpado. A família e especialmente a mulher são responsabilizados, cabendo a mulher bela, recatada e do lar retomar seu lugar de cuidadora dos filhos e do marido, a cuidar da saúde e da alimentação das crianças, ou seja, responsabilizadas pela garantia do processo de reprodução diante da precarização das políticas sociais (CISNE e SANTOS, 2018, p. 116).

A ideologia familista é propagada, chegando aos assistentes sociais formados, em formação, assim como em toda a sociedade, fazendo aumentar a violência contra a mulher. A reação (neo) conservadora apoiada na negação da sociedade de classes e na naturalização da ordem do capital em sua mercantilização universal encontra espaço e fundamentos na reação do capital à crise iniciada na década de 1970, sendo responsável pelas transformações do Estado nas décadas seguintes, reconfigurando a política social, mergulhando a questão social em um complexo de novas

determinações, com rebatimentos no trabalho profissional, afinal, este é indissociável das contradições e da correlação de forças que se estabelece em torno da riqueza socialmente produzida.

O modelo de educação implementado no Brasil, sob orientação dos organismos multilaterais que tem como base a Declaração de Bolonha, sendo introduzido em toda América Latina para atender as novas demandas do mercado: a formação aligeirada, massificada e que interdita o necessário aprofundamento teórico e intelectual (MARCON, 2015). Com ênfase na dimensão técnico-operativa, a formação é focada no desenvolvimento de competências instrumentais com foco no saber fazer, recuperando o pragmatismo e o conservadorismo encontrados nos moldes do social worker (serviço social de caso, de grupo e de comunidade). Segundo Guerra (2013), na lógica pragmática, as ações voltam a concentrar-se nos indivíduos e no subjetivismo, e não no ser social, sendo retomadas práticas psicossociais, terapia de grupo e comunitária. A tendência ao individualismo e a responsabilização das famílias pesa sobremaneira nas mulheres, uma tendência a moralização da questão social. Os traumas e a violência se converte em fracassos individuais e, por isso, se coloca a necessidade de empoderar as mulheres (também os negros, os indígenas, etc), reduzindo a dependência das instituições públicas.

A formação profissional tem como desafio enfrentar os ataques e o avanço dos valores conservadores da sociedade patriarcal, instrumentalizando as assistentes sociais para uma atuação coerente com o compromisso ético político da emancipação humana, com referência no marxismo, sem abrir mão da apreensão das expressões da questão social em sua totalidade.

Entre os meses de julho de 2021 e dezembro de 2021, ainda no período da pandemia, o projeto Biblioteca Feminista da UNILA contou com a construção de um grupo de estudos, de oficinas da criação de um acervo digital, além da realização de palestras com diferentes convidados, tendo como objetivo subsidiar teoricamente discentes, docentes, técnico-administrativos, representantes de movimentos sociais e coletivos, dando a compreensão histórica do papel e lugar da mulher nessa sociedade, com vistas a fortalecer laços e criar unidade ao combate a toda e qualquer forma de opressão contra a mulher.

Também foi objetivo do projeto fomentar o debate no interior do curso de Serviço Social e nos espaços sócio-ocupacionais, fortalecendo o compromisso ético político da categoria profissional, qualificando e instrumentalizando as futuras

assistentes sociais a atenderem as mulheres, uma vez que são elas a maioria entre os usuários dos serviços socioassistenciais. Para tanto, analisar os determinantes da violência contra mulher, apropriando-se do debate de gênero, raça e classe de forma indissociável, se torna fundamental para uma ação profissional qualificada.

3 ATIVIDADES E RESULTADOS

Contando com seis discentes, uma bolsista e cinco voluntárias, a Biblioteca Feminista da UNILA desenvolveu atividades no período já mencionado. Ainda que a previsão fosse de retorno ao ensino presencial dentro do prazo do projeto, a pandemia limitou as atividades, que foram desenvolvidas de forma remota.

Foram organizadas as seguintes atividades: uma *live* em parceria com o Programa de Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha com o tema: trabalho doméstico e acumulação capitalista⁴; um grupo de estudos semanal, quando foi lido o livro *O calibã e a bruxa*, de Silvia Federici; quatro palestras com convidados que abordaram os seguintes temas: trabalho doméstico, diálogos com Federici, perseguição aos judeus na Idade Média e tipos de violência contra a mulher. Destacase a fala da Profa. Deise Luiza da Silva Ferraz, um contraponto à tese de Silvia Federici⁵ no livro referenciado anteriormente.

A Biblioteca Feminista virtual conta com aproximadamente trinta livros e o acesso é limitado aos participantes do projeto, uma vez que ainda está em fase de organização. O projeto foi apresentado na Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNILA, recebendo uma menção honrosa.

Os resultados do projeto superaram as expectativas iniciais e foi proposto a implementação de uma biblioteca física em parceria com o Centro de Referência em Atendimento à Mulher em situação de Violência (CRAM), projeto de intervenção de uma das discentes integrantes da Biblioteca Feminista da UNILA e estagiária no CRAM.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) surgiu atendendo a recomendação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de

⁴ A *live* encontra-se no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=ecnIEwA7Xnw>

⁵ Para conhecer mais a tese da Profa. Deise Ferraz, contrapondo-se à tese da autora italiana, assistam a *live* “Diálogos com Silvia Federici: a necessidade das categorias marxianas para a luta das mulheres”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fQN-ogg05Pg&t=6s>.

2006). O atendimento pauta-se na perspectiva técnica, crítica e feminista, centralizado no questionamento das relações de gênero baseadas na dominação, opressão, controle dos homens sobre a vida das mulheres, construído por meio da cultura patriarcal, bem como, das relações sociais, os quais tem legitimado e perpetuado ao longo da história, o machismo, patriarcado, desigualdades e discriminações contra as mulheres. É um espaço de referência, informação, orientação, encaminhamentos para garantia de direitos, bem como, para apoio psicológico, social, orientação jurídica, com objetivo de proporcionar acolhimento e atendimento, necessário à superação do contexto de violência de gênero e doméstica, contribuindo para o fortalecimento da mulher, tomada de decisão e garantia dos Direitos Humanos.

Exerce o papel de articulador das instituições, serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, composta em Foz do Iguaçu/PR pela Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da Penha, Casa Abrigo de Mulheres, Juizado de Violência Doméstica e Familiar, além, das políticas públicas transversais de proteção social, saúde, assistência social, judiciário, segurança pública, e outras.

O público-alvo são mulheres, cisgêneros, travestis e transexuais, com dezoito anos ou mais, que tenham vivenciado ou estejam vivenciando situações de violações de direitos, em função de qualquer tipo/forma de violência, ocorrida por sua condição de gênero. Sendo o acesso natural a esse serviço por demanda espontânea e/ou encaminhamentos da segurança pública e demais políticas públicas.

O atendimento pauta-se na perspectiva técnica, crítica e feminista, centralizado no questionamento das relações de gênero baseadas na dominação, opressão, controle dos homens sobre a vida das mulheres, construído por meio da cultura, bem como, das relações sociais machistas, patriarcais e desiguais contra as mulheres, que tem se legitimado ao longo da história, sempre considerando e respeitando à diversidade das mulheres, as questões de raça/classe/etnia, nacionalidade, orientação sexual e identidade de gênero.

A implementação de uma biblioteca física, com foco em literaturas que abordam gênero e feminismo, nas estruturas do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM, serviço público municipal, servirá como apoio para promover o incentivo à leitura, ao conhecimento científico e as pesquisas. Na necessidade de aproximação teórica dos estudantes e profissionais assistentes sociais com a temática, vê-se o conceito de práxis que fundamenta a concepção

marxista sobre o processo de conhecimento, onde a prática não é uma atividade prática contraposta à teoria, mas uma determinação da existência humana como elaboração da realidade (KOSIK, 1976, p.202).

4 CONCLUSÃO

Compreende-se que a participação nos projetos de extensão proporciona o acesso ao tripé ensino-pesquisa-extensão e possibilitam o aprofundamento ao conhecimento científico por meio da pesquisa, sobre as diversas temáticas e pautas populares, quais também são compromissos éticos e políticos do Serviço Social, deste modo, florescendo as ideias e se tornando uma ponte entre universidade e poder público municipal, para o fortalecimento da luta por políticas públicas transformadas e não meramente reprodutoras de desigualdades e discriminações.

Acredita-se que a construção de outra sociedade, superando o capitalismo e sua sociabilidade opressora, machista e patriarcal, passa pelo acesso e apropriação da história, leitura, informação, relatos de vivências, dados que traduzam a desigualdade na construção cultural dos papéis de gênero e da violência contra mulher própria do patriarcado, mas acirrada pelas relações capitalistas em tempos de capital fetiche.

REFERENCIAS

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares**. Rev. katálysis 16 (spe), 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/YC4WByMy9S8rWF7qwRZff8y/abstract/?lang=pt> Acesso em 20/06/2023.

KOSIK, Karol. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LELIS, Glauca; SIQUEIRA, Luana. **Programa e extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

LUKACS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCOM, Telma. **Declaração de Bolonha no contexto de mercantilização da educação superior: o discurso neoliberal dos organismos multilaterais**. Espaço

pedagógico, v. 22, n. 2, Passo Fundo, p. 264-286, jul./dez. 2015. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/5570/pdf>. Acesso em 22/06/2023.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-da-mulher-da-familia-e-dos-direitos-humanos>. Acesso em 20/06/2023.